
A FÁBRICA, O SINDICATO, O BAIRRO E A POLÍTICA: A “REINVENÇÃO” DA CLASSE TRABALHADORA DE SÃO PAULO (1951-1964)

Murilo Leal Pereira Neto*

Resumo: O presente texto analisa a formação de um novo sujeito coletivo na São Paulo do período 1950-1964, representado pela aliança entre classe trabalhadora, classes populares e setores da classe média. Esta configuração sócio-política foi possível em um contexto histórico em que contradições surgidas no chão da fábrica, nos locais de moradia e na política se combinaram e lutas conjuntas foram articuladas. O “sistema populista” foi, assim, forçado além de seus limites, esgotando seus mecanismos de incorporação.

Palavras-chave: classe operária, populismo, sindicatos.

Abstract: The article analyzes the rising of a new collective subject in São Paulo, between 1950 and 1964, represented by the workforce, lower classes and the middle class. This socio-political figure was feasible in a historical context in which contradictions raised in the factories, in the homes and in politics melted and joint struggles were planned. The “populist system” was, therefore, pushed, draining its assembly mechanism.

Keywords: workforce, unions, populism.

O período que vai, aproximadamente, do início do segundo Governo Vargas, em 1951, até o golpe civil-militar de abril de 1964 foi marcado, em São Paulo, pela forte presença social e política de um sujeito coletivo que poderíamos designar algo imprecisamente como “classe operária + classes populares + setores da classe média”. A mobilização dessas classes e grupos sociais demandava soluções para quatro conjuntos de problemas gerados pelo crescimento industrial acelerado e pelo padrão de expansão urbana da cidade: aqueles relativos aos salários e condições de trabalho; os relativos à “carestia dos preços”; os que diziam respeito às condições de moradia e, finalmente, os problemas da representação política. Embora os movimentos e lutas empreendidos em todas essas frentes não tenham se articulado em um mesmo projeto e direção políticas, por outro lado, não arrefeceram, ao contrário. Na esfera pública, as pressões geradas pela politização dessas questões foram em parte e por um período, incorporadas pelas alianças do “sistema populista”, mas esta possibilidade chegou a um limite. No presente artigo vamos analisar o processo pelo qual o sujeito coletivo anteriormente mencionado se forma e porque suas

* Coordenador do Curso de História da Faccamp (Faculdade Campo Limpo Paulista). mlealpereira@terra.com.br

demandas sociais e políticas configuram-se como uma ameaça à ordem social e ao sistema político.

É importante que definamos o que queremos dizer quando falamos da “formação de um sujeito coletivo” na conjuntura 1951-1964. A temática dos “novos personagens entrando em cena” é debatida há um algum tempo, o suficiente para não cairmos na armadilha de acreditar que, a cada nova conjuntura de mobilização, configura-se um novo ator social. No período 1951-1964 o novo não foram as greves operárias e nem a entrada da classe trabalhadora na cena política, mas – em São Paulo, pelo menos – as aproximações entre movimento operário, movimentos populares de bairro, movimento estudantil e setores da classe média nas lutas contra a carestia e nas quatro greves gerais bem sucedidas do período, em 1953, 1954, 1957 e 1963.

Para conhecermos o solo histórico do qual brotaram esses movimentos é importante lembrar que o período 1951-1964 inclui-se em uma duração maior, entre média e longa, compreendida entre 1930 e 1980, em que o Brasil passou por seu processo de industrialização por substituição de importações. A taxa de crescimento anual de 7,5% da produção brasileira, entre 1950 e 1960, esteve acima da que se verificou na maioria dos países industrializados.¹ O Brasil deixou de ser um país tradicionalmente agrícola, desenvolvendo uma industrialização associada às economias capitalistas centrais. Algumas das características dessa industrialização foram o relativo pleno emprego em São Paulo, ao longo do período (as taxas de desemprego variavam entre 1,3 e 2%, chegando a 6% em 1957); o aprendizado dos ofícios feito na prática; a heterogeneidade do perfil das indústrias, algumas mais atrasadas do ponto de vista tecnológico convivendo com outras mais modernas, fazendo com que as indústrias tradicionais recorressem a uma exploração mais intensa da força de trabalho. Outra característica do processo de industrialização de São Paulo no pós guerra foi o intenso recurso ao trabalho de migrantes nacionais. Estima-se que, entre 1950 e 1960, a população da Grande São Paulo tenha crescido 5,6% ao ano, sendo que 3,7% deste crescimento foi devido à chegada de migrantes.²

¹ COLISTETE, Renato. *Labour relations and industrial performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-60*. Nova Iorque: Palgrave, 2001, p. 4.

² DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura Popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca (1942-1973)*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2002, p. 211.

Esse acréscimo demográfico implicou problemas de moradia e uma nova questão urbana. As antigas vilas operárias, os cortiços e casas de cômodo localizados nas regiões centrais, próximos às fábricas, já não eram suficientes para acomodar os novos contingentes e a solução encontrada, já apontada em 1942 por um professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi transformar lotes rurais em periferias distantes em locais de moradia para trabalhadores. O “padrão periférico” de habitação operária e popular, portanto, acompanhou e viabilizou o processo de crescimento industrial acelerado.

A marcha de nossa industrialização, fomentada e direcionada pelas políticas desenvolvimentistas, também implicou problemas de inflação e desabastecimento. Estudos como *Cooptação e resistência*, de Vera Lúcia Vieira, apontam uma situação, no que diz respeito às condições de consumo das classes populares em São Paulo, entre 1947 e 1948, ainda marcada pelo “esforço de guerra”: racionamento, controle de preços, “câmbio negro”, filas, eram dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas donas de casa.³ Este quadro prolonga-se até o início da década de 1950. No final da década, surge outro tipo de dificuldade. O desenvolvimentismo implicou êxodo rural e crescimento das metrópoles, sem a contrapartida do incremento da produção agrícola. Por outro lado, as políticas desenvolvimentistas promoveram a transferência de renda do setor agrícola para o industrial e dos consumidores para os investidores, públicos e privados. Nos anos 50, todos os produtos de origem animal tiveram os preços majorados em decorrência da escassez. O abastecimento das cidades sofria com métodos arcaicos de comercialização e deficiência nos transportes e com as conseqüências de um congelamento de preços que atingia apenas alguns ramos da produção agrícola. O crescimento extensivo de nossa agricultura, a baixa produtividade, a monocultura, foram outras causas da inflação de preços dos produtos da cesta básica do trabalhador. O poder de compra do salário mínimo, por sua vez, começou a cair a partir de 1958, segundo vários estudos. Em 1955 o salário mínimo fora reajustado 14,7% acima do custo de vida. Em 1959 essa relação caiu para 3,0% e em 1969 o salário mínimo ficava 8,2% abaixo do custo de vida.⁴

³ VIEIRA, Vera Lúcia. *Cooptação e resistência*: trabalhadores de São Paulo de 1945 a 1960. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1989.

⁴ DIEESE, *Boletim do DIEESE*, Nº 7, nov. 1960, p. 15.

Assim, do conjunto dessas relações de produção de mercadorias e de reprodução da força de trabalho, emergiram contradições, lutas, experiências, valores e formas de organização e de consciência que podem ser esquematizadas como a seguir:

CONTRADIÇÕES E LUTAS	FORMAS DE ORGANIZAÇÕES	VALORES
Exploração econômica/Luta contra a exploração e o despotismo patronal	Sindicatos, comissões de fábrica, comissões de salários, intersindicais	Dignidade do trabalhador (rejeição à escravidão), salários justos, códigos costumeiros
Espoliação urbana/Luta pelo direito à cidade	Sociedades amigos de bairro, associações femininas, Federação das Sociedades Amigos de Bairro (FESAB)	Denúncia do abandono, "higienismo" invertido, direito à cidade.
Escassez e inflação/Luta pelo direito ao consumo, contra a fome	Pacto de Unidade Intersindical (PUI), associações de bairro	Economia moral, preços justos, prioridade do abastecimento, defesa da família.
Repressão política/Luta pela ampliação dos direitos políticos.	Movimento Eleitoral dos Trabalhadores, Frente dos Trabalhadores Brasileiros, convenções eleitorais de trabalhadores, Frente Trabalhista Brasileira, candidatos da "Panela Vazia"	Representatividade do sistema político, igualdade de direitos políticos, qualidade da democracia vigente.

Passamos, a seguir, a examinar cada um dos quatro eixos de contradições e as lutas empreendidas no período 1951/1964, juntamente com as formas de organização e valores e elaborados.

1. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA/LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO E O DESPOTISMO PATRONAL

A principal luta operária do começo dos anos 1950 se desenvolveu em torno do controle da jornada de trabalho. A forma jurídica pela qual os patrões apertaram o controle e a exploração das horas de trabalho foi a cláusula da "assiduidade integral". Tratava-se de preceito subjacente à Lei 605, de 5 de janeiro de 1949, regulamentando o repouso semanal remunerado. O atraso de alguns minutos na hora de entrada acarretava perda de meio dia de salários, do aumento salarial durante todo o mês e do salário correspondente ao descanso semanal remunerado. Em 8 de junho de 1952, foi criada no Distrito Federal (Rio de Janeiro) a CISCAI (Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral), com a participação

de 17 sindicatos. Em novembro do mesmo ano realizou-se, também no Rio de Janeiro, a Convenção Nacional Contra a Assiduidade Integral, reunindo 179 delegados de 89 sindicatos de diversos estados. A pesada legislação que permitia o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos permanecia intacta, os interventores guindados à direção das entidades pelo governo Dutra continuavam em seus postos, era, ainda, proibida a organização de centrais sindicais. O encontro da CISCAI representou, nesse ambiente adverso, a possibilidade de articulação nacional de delegados sindicais, escolhidos em assembleias de trabalhadores, por fora da estrutura das federações e confederações pelegas, visando a luta contra a exploração. Cogitou-se sobre a formação de uma “Central Intersindical Permanente”, mas o projeto não prosperou naquele momento. A luta contra a assiduidade estimulou a formação de comissões nos principais sindicatos e a abolição da cláusula foi incluída como reivindicação nas campanhas salariais de diversas categorias. O Deputado Federal do PTB de Minas Gerais, Lúcio Bittencourt, elaborou um Projeto de Lei abolindo alguns dos efeitos da cláusula, que foi, finalmente, aprovado, em junho de 1955.

O deslanche do projeto desenvolvimentista baseou-se na imposição de um padrão mais intenso de exploração da força de trabalho – encontrando forte resistência por parte de metalúrgicos e têxteis, as duas categorias operárias mais numerosas.

Na indústria têxtil, a intensificação da exploração era obtida com a aceleração da velocidade dos teares ou a imposição de se trabalhar com mais teares, sem compensação salarial. A documentação do DOPS registra inúmeros conflitos e greves localizadas contra essas medidas. Em alguns casos, a resistência operária chegou às barras dos tribunais da Justiça do Trabalho e ecoou na tribuna da Câmara dos Vereadores. Em 23 de agosto de 1957, o vereador Agenor Mônaco, advogado e contador, eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista), discursava, prestando solidariedade aos operários grevistas da Fábrica de Tecidos Labor:

Fui procurado por um grupo numeroso de trabalhadores da Fábrica de Tecidos Labor. Reclamam eles contra a direção daquela fábrica que, no afã de diminuir o pagamento com os seus operários, aumentou o número de máquinas aos que trabalham por tarefas, sem, entretanto, haver a necessária compensação pelo maior trabalho por ele empregado [...] Nessa consonância, protestamos desta tribuna contra a Fábrica de Tecidos Labor, esquecida que está da necessária harmonia entre o capital e o trabalho,

esquecida que as tecelãs são criaturas, antes que empregadas, criaturas humanas, que precisam do respeito mínimo às suas condições físicas [...]⁵

O processo foi julgado na 13^a JCJ (Junta de Conciliação e Julgamento) e, em 1958, as operárias foram reintegradas e anulada a alteração contratual que as obrigava a trabalhar com quatro teares. Um laudo da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) concluiu que as trabalhadoras não suportariam o novo ritmo de trabalho.

Apesar da vitória pontual dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Labor e de outras empresas, a substituição de força de trabalho por maquinaria na indústria têxtil prosseguiu impetuosa. Mesmo porque este ramo industrial, que havia se aproveitado do protecionismo estatal e da desorganização da produção dos países capitalistas centrais durante e depois da Segunda Guerra Mundial para crescer, nos anos 1950 estava defasado tecnologicamente e perdia mercados para exportações. Comparando-se o crescimento do número de operários nos ramos têxtil e metalúrgico entre 1950 e 1960 no município de São Paulo, temos que, para os primeiros o percentual foi de apenas 4,99% e, para os segundos, de 107,5%.⁶

A superexploração da força de trabalho também era obtida com economia nos investimentos em melhoria das condições de salubridade e segurança. A luta contra esta situação era levada pelas CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes). Também eram feitas campanhas de denúncias nos jornais sindicais. Em março de 1961, por exemplo, *O Metalúrgico*, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, começou a publicar na coluna *Ronda das Indústrias* um *ranking* das dez firmas “mais relaxadas”, elaborado a partir das reclamações enviadas ao sindicato e dos processos iniciados na Justiça do Trabalho. Outra forma de luta eram as greves, como a realizada em abril de 1961 na unidade da empresa metalúrgica *Manoel Ambrosio Filho*, fabricante das máquinas de costura Leonam, situada na rua Faustolo, Lapa. A greve conquistou a formação de uma comissão de inquérito, integrada por um engenheiro e um médico do Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho, por dois inspetores do Serviço de Fiscalização e um Comissário de Menores, indicado pelo Juizado, com a incumbência de promover “uma devassa completa nas irregularidades da empresa a fim de integrá-la ao rigoroso cumprimento da legislação do trabalho”, segundo o jornal sindical.

⁵ ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo. Vol. 17, 1957, p. 383.

⁶ COLISTETE, R. op. cit.

A marcha acelerada da industrialização brasileira havia outorgado ao país o título macabro de campeão mundial de acidentes do trabalho no pós-guerra. Com justa razão, os sindicatos desconfiavam do ocultamento de muitos sinistros, alguns fatais. O combate aos acidentes começava, portanto, com a publicidade dos casos. Na edição de abril-maio-junho de 1958, *O Metalúrgico* garantia terem ocorrido 24 mortes no trabalho em São Paulo no primeiro semestre daquele ano, com base em pesquisa realizada nos jornais da “grande imprensa”. Como se sabia que muitas ocorrências não eram divulgadas, a estimativa “na opinião de pessoas abalizadas” era de que chegavam a ocorrer dois acidentes por dia na cidade.⁷

Em setembro de 1956, o Sindicato dos Metalúrgicos tentou dar uma resposta mais organizada ao “grande número de reclamações que temos recebido em nosso sindicato sobre a higiene do trabalho e o registro em nosso Departamento Médico de uma infinidade de doenças profissionais”, convocando uma *Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos sobre a Prevenção de Acidentes*, com o objetivo de pressionar as autoridades a cumprirem a Portaria 175, que regulamentava as CIPAS, geralmente monopolizadas pelos representantes patronais.⁸ Travou-se uma luta permanente para obrigar os empresários a se enquadrarem na legislação trabalhista: reivindicou-se a criação de mais Varas de Acidentes do Trabalho; a burocracia do Ministério do Trabalho foi pressionada a fiscalizar as empresas de forma mais eficiente e exigiu-se que os sindicatos participassem das ações fiscalizadoras. Esta última proposta foi formalizada em anteprojeto de lei, prevendo a admissão de presidentes de sindicatos de trabalhadores na fiscalização das leis trabalhistas, com as mesmas atribuições dos fiscais da DRT. Nove anos depois, em novembro de 1963, o último Ministro do Trabalho do período democrático, Amauri Silva, prometia apresentar um novo anteprojeto, permitindo que os sindicatos fiscalizassem a obediência às leis do trabalho. O golpe militar veio antes.

As lutas travadas cotidianamente no chão da fábrica também se voltaram contra o despotismo patronal e seus agentes mais diretos, os mestres, contramestres, chefes e “encarregados”. Tratava-se de uma luta por tratamento respeitoso e digno, pelo uso dos espaços da fábrica, contra as tentativas de intensificação da disciplina fabril. Eram

⁷ “Vidas que se perderam”, *O Metalúrgico*, abr./maio/jun. 1958, p. 6.

⁸ “Metalúrgico”, *O Metalúrgico*, Nº 94, fev./mar. 1951, p. 13.

freqüentes as denúncias no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos da ação de “chefes intransigentes”, “incompetentes”, “alheios ao bom trato, ao bom senso e à compreensão”. Uma das formas de exercer um contra-poder face ao despotismo das chefias era denunciando-as nominalmente no jornal do sindicato, como, por exemplo, ocorreu com Antônio Farid, chefe na Metalúrgica Paulista, advertido nos seguintes termos: “Os trabalhadores sabem quando chega a hora de bater na cangalha para o burro entender”.⁹

Agressões físicas eram, também, praticadas. Em março de 1962, os operários da metalúrgica Monetti entraram em greve quando um dos sócios da empresa esbofeteou um operário por estar, supostamente, embriagado.

Outro foco de lutas era pelo uso dos banheiros. Qualificados por José Sergio Leite Lopes como “lugares densos de sociabilidade”, referindo-se à Companhia Têxtil Paulista¹⁰ e por Hamilton José Barreto de Faria como “o grande fórum de agitação”,¹¹ a criatividade dos gerentes e empresários para tentar controlar o uso dos banheiros era proporcional ao esforço dos operários por preservá-los como espaços de alguma liberdade. A firma *Eletrolux*, por exemplo, retirou as portas das privadas, “obrigando os operários a satisfazerem necessidades fisiológicas em público”, segundo denúncia do jornal *O Metalúrgico*.¹²

Uma das lutas mais importantes contra as estratégias de controle disciplinar impostas pelos patrões explodiu em março de 1961, na Elevadores Atlas, que tentava implantar um sistema de identificação dos empregados com um crachá de plástico (conhecido como “chapinha”), contendo nome, número, seção em que trabalhava e fotografia. A paralisação durou de 1 a 6 de março e nesses dias foi empreendida intensa atividade, a começar por uma passeata pelo centro de São Paulo, com enterro simbólico dos membros do Departamento de Produção, Jairo Cavalcanti e Moacir Mota, acusados de serem os mentores da mudança. A marcha contou com a participação de dois deputados estaduais, Farabulini Jr. e Luciano Lepera. Também foi elaborado um manifesto *Aos trabalhadores e ao povo em geral*. Depois de negociações na DRT, que contaram com a participação de Francisco Carlos de Castro Neves, Ministro do Trabalho, além do Delegado

⁹ PUA, A. “Futebol em família”, *O Metalúrgico* Nº 208, ago./set./out. 1962, p. 6.

¹⁰ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB, 1992, p. 340 e 577.

¹¹ FARIA, Hamilton José Barreto. *A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário*. São Paulo: PUC, 1986, p. 148 e 174.

¹² “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, Nº 202, ago./set. 1961, p. 3.

Regional, chegou-se a um acordo: os operários voltariam ao trabalho sem usar a chapinha e se formaria uma comissão para estudar o assunto.

No campo das lutas salariais, o exame minucioso de doze das treze campanhas realizadas por metalúrgicos e têxteis, entre 1951 e 1963, obriga a uma revisão da noção de “sindicalismo populista”. Como lembra Marcelo Badaró Mattos,¹³ a crítica formulada ao “sindicalismo populista” nos anos 1960 e 1970, desdobrava-se em quatro pontos:

1)O “sindicalismo populista” seria inconsistente como organização, privilegiando entidades de cúpula, oficiais ou paralelas. Ora, em todas as doze campanhas salariais analisadas, a documentação faz menção explícita à organização de comissões centrais de salários ou de greve, eleitas em assembléias. Em nove delas encontramos menção à mobilização de comissões de fábricas ou delegados sindicais. Em oito campanhas de metalúrgicos e em seis de têxteis, fala-se sobre a realização de passeatas, manifestações ou atos públicos. Em cinco, no caso de metalúrgicos, e em quatro, no de têxteis, há registro de enfrentamentos com a polícia, com prisões, invasão de sedes sindicais e espancamento de trabalhadores.

2)O “sindicalismo populista” se caracterizaria por uma forte inserção em campanhas políticas e um precário envolvimento com lutas econômicas. É difícil aceitar esta proposição, considerando que os metalúrgicos entraram em greve em sete das doze campanhas salariais analisadas, sendo quatro delas greves gerais (1953, 1954, 1957 e 1963).¹⁴ Em outras duas campanhas salariais (1959 e 1961) há menção ao encaminhamento unificado da luta com outras categorias. Os têxteis, por sua vez, realizaram cinco greves (1951, 1953, 1954, 1957 e 1963), todas elas articuladas com outras categorias, sendo as quatro últimas, greves gerais.

3)O poder de mobilização do “sindicalismo populista” seria fraco nos setores modernos da economia e nas grandes empresas privadas. Como vimos, os metalúrgicos, um dos setores que mais se modernizaram nos anos 1960, assumiram a vanguarda das mobilizações operárias. A dificuldade de implantar o sindicalismo em empresas modernas parece decorrer mais das políticas de pessoal promovidas pelas mesmas e, possivelmente, de um controle mais eficiente sobre a mão-de-obra

¹³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismo*: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 57-58.

¹⁴ As greves exclusivas de metalúrgicos ocorreram em 1951, 1960 e 1962.

do que de uma acomodação do “sindicalismo populista” às facilidades da organização nas empresas públicas.

4) Finalmente, o “sindicalismo populista” se caracterizaria por deixar em plano secundário o conflito entre capital e trabalho. Não parece, tampouco, ser o caso. O encaminhamento das campanhas salariais se processava entre sindicatos patronais e de trabalhadores com a mediação da DRT ou do TRT (Tribunal Regional do Trabalho), não ocorrendo uma diluição dos conflitos e um conagraçamento entre as classes nas instituições do Estado, em prol da “paz social”.

Portanto, a pesquisa na documentação referente a têxteis e metalúrgicos evidencia uma luta intensa tanto contra a exploração da força de trabalho, quanto contra a imposição das disciplinas sobre os corpos – e, afinal, a mais-valia não pode ser extraída sem as tecnologias disciplinares.¹⁵

1.2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO/SINDICATOS, COMISSÕES DE FÁBRICA, COMISSÕES DE SALÁRIOS, ORGANIZAÇÕES INTERSINDICAIS.

Evidentemente, a classe trabalhadora de São Paulo não poderia promover campanhas salariais, greves específicas e gerais, passeatas, ações de resistência contra a imposição da disciplina patronal e a superexploração da força de trabalho sem organização ou através de organizações controladas pelo Ministério do Trabalho. Por meio da própria estrutura sindical oficial ou paralelamente à mesma, desenvolveram-se formas de organização mais abertas à participação e influência dos operários “de base”.

1.2.1. Comissões de fábrica: contradizendo a tese tradicional, de que o sindicalismo no período populista carecia de organização por local de trabalho, a documentação pesquisada registra a existência de comissões de fábrica com diversos perfis. Os dossiês do DOPS, por exemplo, mencionam as comissões de negociação formadas *ad hoc*, para resolver conflitos surgidos no dia-a-dia, à revelia do sindicato. O percurso é, freqüentemente, muito semelhante: surge um problema – demissão de operário, imposição de um número maior de teares por operário, supressão de um benefício –, promove-se uma paralisação do trabalho, elege-se uma comissão de negociação, o empresário chama o DOPS, os trabalhadores ou o

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 32^a ed. Petrópolis: Vozes, s/d.

próprio empresário chamam o sindicato, desenvolve-se a negociação. Os nomes dos membros da comissão são registrados pelo DOPS, às vezes alguns sofrem demissão, sob a alegação de terem desacatado chefias, advogados ou o próprio empresário – algumas vezes consegue-se sua readmissão. Trata-se, aqui, portanto, de organização pouco formalizada – não vamos encontrar, neste caso, comissão com sede, estatutos, membros permanentes – mas não por isso, menos efetiva. É lícito supor que a experiência conquistada nesses conflitos pontuais pudesse ser retomada em momentos de mobilização da categoria.

Os jornais sindicais, as Atas das Assembléias Gerais e os depoimentos também mencionam as comissões de fábrica formadas por ocasião das campanhas salariais e greves. Segundo João Bonifácio, tecelão, presidente da Associação dos Aposentados Têxteis de São Paulo, as comissões “funcionavam só durante as greves, quando terminava a greve, a campanha salarial, aquelas comissões se dissolviam”.¹⁶ Como as campanhas salariais de têxteis e metalúrgicos duravam aproximadamente de agosto a novembro, pelo menos por três ou quatro meses por ano funcionavam comissões nas fábricas mais mobilizadas a fim de apoiar a campanha salarial e, eventualmente, organizar a greve.

Uma forma de organização por local de trabalho mais permanente e formalizada era a célula do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Segundo informações, talvez exageradas, de João Amazonas, citadas por José Álvaro Moisés, o PCB controlava cerca de 500 comissões de fábrica em 1953.¹⁷ Uma das características dessas organizações era produzirem pequenos jornais, em folha de papel sulfite, mimeografada na frente e no verso, com texto datilografado. Pudemos consultar exemplares de *A Seda*, “Jornal de luta dos trabalhadores da Tecelagem Brasileira de Seda” e *O Tear*, “Jornal de luta dos trabalhadores da fábrica Mariângela”. Os exemplares do diário *Notícias de Hoje*, do PCB, consultados mencionam, ainda, outros jornais de fábrica: *A Voz do Crespi*, do Cotonifício Crespi; *A Prensa*, da Funilaria Brasil; *O Guindaste*, da Usina Santa Olímpia; *A Faísca*, da Spina e *A Lata*, da Metalúrgica Matarazzo. O conteúdo do jornal de fábrica permite-nos vislumbrar a atividade das comissões organizadas pelo PCB. *A Seda*, por exemplo, anunciava a realização do Congresso Regional de Defesa do Nosso Petróleo em São Paulo e, na mesma edição, convocava a

¹⁶ Entrevista concedida ao autor em julho de 2001.

¹⁷ MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política* (um estudo sobre a Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-1954). São Paulo: Polis, 1978 (Coleção Teoria e História, 3), p. 137.

formação de uma “forte comissão” para lutar contra os armários recém instalados, “pois os mesmos não correspondem a nossas exigências e necessidades”.¹⁸

No decorrer dos anos 1950, verifica-se a tentativa de institucionalizar as comissões de fábrica, transformando-as em “conselhos sindicais”, integrados por delegados reconhecidos pela DRT. Em 1956, sob a gestão do Ministro do Trabalho José Parsifal Barroso, o Delegado Regional de São Paulo, Vinicius Torre, credenciou delegados têxteis e metalúrgicos. O cônsul dos EUA mostrava-se alarmado com um informe sobre a existência de 350 “comitês de fábrica” em São Paulo, “estupidamente reconhecidos pela DRT”.¹⁹ Portanto, o que parece ter caracterizado os “conselhos sindicais” foi a tentativa de oficializá-los, por um lado, credenciando e protegendo seus delegados para a negociação com os patrões e, por outro, estabelecendo sobre eles uma maior controle por parte dos sindicatos.

No Sindicato dos Têxteis, segundo Almeida, “a partir de 1956, as comissões de fábrica começaram a ter uma designação nova – delegados sindicais”. A Diretoria do Sindicato apresentava suas realizações no biênio 1955-1957, incluindo entre elas a eleição de 400 delegados de empresa e a formação de comissões e conselhos nas fábricas.²⁰

Referindo-se ao período anterior ao golpe de 64, José Albertino Rodrigues conclui que “o delegado de empresa tende a constituir a espinha dorsal do movimento sindical”, o que, pelo menos no caso dos metalúrgicos, parece confirmar-se nas observações de Hamilton Faria sobre a perseguição aos 1.800 delegados após o golpe: “A partir dessa desarticulação, o movimento começou a arrefecer”.²¹

1.2.2. Comissões de salário: Eram eleitas em assembléia, no começo das campanhas salariais, com atribuições diversas: pesquisar e divulgar informações para o esclarecimento da categoria, como, por exemplo, sobre o lucro das empresas; contribuir para a construção do índice de reajuste salarial a ser reivindicado; participar das negociações na DRT, no TRT, na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), lado a lado com as diretorias; organizar as bases e promover sua articulação com o sindicato.

¹⁸ Dossiê DOPS 50-Z-315, p. 114.

¹⁹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004, p. 87.

²⁰ ALMEIDA, Márcia Mendes de. *O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: História (1933-1957)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 1981, p. 227.

²¹ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979. (Coleção Ensaio e Memória, 22), p. 147 e FARIA, H. J. B., op. cit., p. 313.

1.2.3. Comissões de solidariedade: Eleitas em assembléia sindical das categorias profissionais, eram integradas por grupos de três a seis trabalhadores, em média, e tinham como missão prestar solidariedade e levar informes a outras categorias, reunidas simultaneamente em assembléias em seus respectivos sindicatos. A realização de assembléias de diversas categorias nos mesmos dias e horários, e o trânsito intenso dessas comissões entre as mesmas parece ter sido uma tática para burlar o controle ministerial, permitindo uma maior articulação horizontal das lutas.

1.2.4. Piquetes de greve: As pesquisas mais recentes vêm criticando a interpretação, formulada nos anos 1960 e 1970, segundo a qual os piquetes eram formados por ativistas agindo contra a massa operária, não organizada sindicalmente – e não contra os fura-greves. Hélio da Costa, por exemplo, a partir de entrevistas, reconstituiu a ação de piquetes de massa, com dois ou três mil grevistas, na Greve dos 300 Mil, revelando que “intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve”.²² De fato, na documentação pesquisada, a formação dos piquetes de greve surge como um dos procedimentos organizativos adotados pelas assembléias gerais de têxteis ou metalúrgicos, visando o sucesso do movimento. A assembléia metalúrgica de 22 de setembro de 1957, por exemplo, preparatória da greve que eclodiria no mês seguinte, aprova: “Organizar comissão de greve, solidariedade, finanças, propaganda e piquete”.²³ No Sindicato dos Têxteis, podemos ter uma idéia sobre como se formavam os piquetes pelo relato da assembléia geral de 10 de dezembro de 1961, quando foi proposta e aprovada a “instalação de um comitê de voluntários para a formação dos piquetes e designação de um elemento que se responsabilizará pelas inscrições”.²⁴

1.2.5. Sindicatos: Os índices de filiação nas categorias têxtil e metalúrgica de São Paulo giravam em torno de 20%. Os sindicatos eram instituições complexas: embora sua estrutura formal tenha se mantido subordinada ao controle do Ministério do Trabalho, na prática os trabalhadores conquistaram uma margem razoável de autonomia: as intervenções nas diretorias dos sindicatos diminuíram muito a partir de meados dos anos 1950;

²² COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 184.

²³ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 22 set. 1957, p. 117-verso.

²⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 dez. 1961, p. 157.

conquistou-se um direito de greve de fato; o veto governamental à participação das esquerdas foi suspenso e o direito da “organização horizontal”, entre diferentes categorias, foi conquistado na luta. Além disso, as estruturas oficiais do Sindicato davam cobertura para instâncias de organização mais autônomas das bases: comissões de salário, de greve, de fábrica, de solidariedade, piquetes, como vimos anteriormente.

1.2.6. Intersindicais: Em setembro de 1953, logo após a Greve dos 300 Mil, ocorreram as primeiras reuniões sindicais visando a formação de uma organização intersindical. Chamou-se, então CISESP (Comissão Intersindical do Estado de São Paulo) e contou, inicialmente, com a adesão de quinze sindicatos. Em 1954, tentou-se estabelecer um pacto para o encaminhamento conjunto das campanhas salariais de diversas categorias, que passou a denominar-se PUI (Pacto de Unidade Intersindical), cabendo a sua presidência a Gabriel Grecco, dos gráficos. Em 1956, o Pacto foi reorganizado, congregando 60 entidades, representando um milhão de trabalhadores. Ainda em 1956, a adesão subiu para 103 entidades e os sindicatos começaram a buscar uma unidade nacional. Desde 1957 até a sua extinção, em 1959, o PUI foi presidido por Salvador Romano Losacco, dos bancários. A entidade teve um papel importante na organização da Greve dos 400 mil, em outubro de 1957, e funcionou como um “plenário popular”, articulando lutas fabris, sindicais, de bairro e políticas. O presidente do DIEESE de então, José Albertino Rodrigues, atribui ao descompasso entre a amplitude das demandas que eram levadas ao PUI e a sua força orgânica, a causa do enfraquecimento da entidade: “Era tal a amplitude de assuntos levados ao conhecimento desse organismo, por entidades sindicais ou não, e foi se alargando seu campo de ação, independente do fortalecimento orgânico, que passou a sofrer um esvaziamento que o desprestigiou paulatinamente”.²⁵ O mesmo autor, por outro lado, assinala que as autoridades atuaram para enfraquecer o PUI estimulando a formação, em outubro de 1959, do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST), entidade estritamente sindical, comandada pelos representantes das Federações, quase todas controladas pela burocracia “ministerialista”. A manobra obteve apoio do PCB.

²⁵ RODRIGUES, José Albertino. op. cit., p. 163.

1.3. VALORES: DIGNIDADE DO TRABALHO MANUAL, REJEIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, “SALÁRIOS JUSTOS”, RECIPROCIDADE.

A vivência das relações de trabalho pode ser elaborada culturalmente de diversas maneiras e foi o que ocorreu com metalúrgicos e têxteis no período de 1951 a 1964. Uma vanguarda dispunha de um repertório mais sistematizado, coerente e politizado de conceitos e valores para interpretar as experiências de exploração e opressão. Eram estes os socialistas, comunistas, petebistas e trotskistas. Podemos nos aproximar da maneira de pensar da massa operária através de cartas dos leitores aos jornais sindicais, de alguns artigos assinados por operários sindicalizados não pertencentes às diretorias sindicais e de entrevistas. Sintetizando, podemos afirmar que os temas mais freqüentes são:

- A defesa da dignidade e do valor do trabalhador manual, não reconhecido pela maioria da sociedade e, portanto, injustiçado.
- O ideal da “paz social”, que exigiria dos patrões uma maior empenho em retribuir condignamente os operários pelos seus esforços.
- A defesa do progresso da Nação para o qual os operários entravam com contribuição generosa, enquanto os patrões, egoístas, só pensavam em seus lucros.
- Uma extrema sensibilidade quanto ao perigo de regressão a padrões escravistas de exploração e tratamento, ou da transformação das fábricas em “campos de concentração”.
- A defesa do bem-estar da família como um valor que justificava a luta, mesmo com métodos mais radicais, contra a fome e a miséria.
- Uma idéia de reciprocidade, de direitos e deveres, mais costumeiros do que jurídicos, entre patrões e empregados, que permitia definir os “salários justos” e que deu fundamento, por exemplo, à campanha pelo “abono de Natal”, concebido como uma justa recompensa, no final do ciclo anual, pelos esforços realizados.

2. A ESPOLIAÇÃO URBANA/LUTA PELO “DIREITO À CIDADE”

Como argumentamos anteriormente, a solução para o problema habitacional gerado pelo crescimento demográfico de São Paulo no pós-guerra foi a adoção do “padrão periférico” de habitação operária e popular: casas construídas aos poucos pelos próprios

trabalhadores, nos finais de semana e feriados, com a ajuda de familiares e vizinhos, em terrenos muitas vezes grilados por loteadores inescrupulosos e, mesmo quando legalizados, carentes de todo e qualquer equipamento próprio de habitações urbanas. Como argumenta Nabil Bondouki: “A moradia foi excluída do processo normal de produção de mercadorias e também das regras de ocupação do solo urbano. Transformou-se num sistema de produção doméstica”.²⁶ A maneira, portanto, como o problema habitacional era resolvido estava condicionada pela conjuntura do avanço industrial de um capitalismo “de base pobre”, que tinha como uma de suas características a super-exploração da força de trabalho, seja no âmbito da produção de mercadorias, seja no da reprodução da energia vital dos trabalhadores, configurando-se, assim, a situação sintetizada no conceito de *espoliação urbana*. Segundo Lúcio Kowarick, a *espoliação urbana* “é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho”.²⁷

Assim, a luta pelo que o filósofo francês Henri Lefebvre qualificou como “o direito à cidade” visava uma ampla gama de objetivos: a conquista do saneamento básico, do transporte, da escola, do policiamento, do acesso aos meios de comunicação (correios, telefone), do esporte e do lazer.

O embate por equipamentos urbanos e por melhores condições de moradia movimentou um conjunto heterogêneo de grupos sociais, caracterizados pela bibliografia especializada como “classes populares”. Segundo José Álvaro Moisés, o conceito designa operários industriais, assalariados de bancos e comércio, baixa burocracia estatal e profissionais liberais.²⁸ Para Eunice Durhan, fazem parte das classes populares operários, trabalhadores por conta própria, biscateiros, empregadas domésticas e pequenos funcionários públicos.²⁹ Pode-se, portanto, afirmar que nas lutas de bairro estavam aliados operários, proletários do setor de serviços, baixa classe média do setor de serviços público e privado, pequenos proprietários e setores marginalizados do processo produtivo formal.

²⁶ BONDOUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1988, p. 96.

²⁷ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 62.

²⁸ MOISÉS, José Álvaro. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: Idem (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.17.

²⁹ DURHAN, Eunice Ribeiro “A sociedade vista da periferia”. In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 170.

Chama a atenção, entretanto, o fato de jornais da época, como o *Última Hora*, assim como vereadores, se referirem aos bairros periféricos como “bairros operários”, sugerindo que o peso social e simbólico da classe operária na formação da identidade desses bairros pode ter sido maior do que admitiram autores como os anteriormente citados.

A forma mais elementar de encaminhamento das lutas de bairro era o envio de petições ao poder público, geralmente aos vereadores e prefeito. Apesar de simples, o procedimento desempenhava algumas funções importantes para a mobilização e o despertar de uma consciência coletiva: dava publicidade à demanda, chamando a atenção tanto da própria população quanto do poder público; começava a construir uma vontade coletiva para o enfrentamento do problema; como muitas vezes o ofício ou requerimento era encaminhado pela sociedade amigos do bairro, ajudava a promover a organização da população e estreitar os vínculos com a associação.

Os abaixo-assinados, por sua vez, implicavam campanhas de maior fôlego, com maior mobilização popular. Muitas vezes eram entregues aos vereadores por comissões de moradores e lidos na tribuna da Câmara, sendo posteriormente encaminhados à Prefeitura, como *Indicação* do Poder Legislativo.

Outra forma de denúncia e mobilização era a realização de pequenos comícios, com a presença de políticos e imprensa. Essas reuniões eram, algumas vezes, convocados pelas sociedades amigos de bairro e realizadas nas proximidades dos pontos finais dos ônibus, quando se tratava de denunciar as precárias condições de transportes. Podiam, também ser convocadas pelas seções de jornais populares, como a *Tendinha de Reclamações*, do *Última Hora*, que, geralmente, instalava uma equipe de repórteres, com aparelhagem de som, na praça central do bairro e recolhia as denúncias, dando voz aos moradores.

O problema dos transportes era um dos mais graves, pois de sua regularidade e pontualidade dependia o cumprimento da jornada de trabalho sem atrasos, sem descontos salariais e sem o risco da perda do emprego. Isto talvez ajude a explicar a frequência com que se radicalizava a luta pelos transportes, ocorrendo quebra-quebras. Apesar da gravidade da situação, diversos estudos vêm demonstrando que estas ações, longe de serem uma explosão de desespero e violência, obedeciam a certas regras e procedimentos – de uma violência ritualizada e não cega – constituindo-se, assim, em uma forma de luta pelo direito à cidade. Em *Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947*, por exemplo, José Álvaro Moisés assinala o “caráter de defesa econômica da explosão popular” e reconhece que havia

algo de político nas manifestações, pois o prédio da prefeitura fora atacado durante o quebra-quebra. Ainda segundo Moisés, tratava-se de um movimento espontâneo das massas, especificamente da “baixa classe média”, em busca de organização e direção políticas.³⁰ Sobre este mesmo evento, interpretado como um “motim urbano”, Adriano Luiz Duarte observa:

[...] O motim de agosto deve ser pensado num duplo aspecto: como a manifestação de uma enorme decepção política pela não realização das promessas de prosperidade e justiça, que o fim da guerra comportava, e também como um modo de exigir a restituição dessas promessas, uma maneira pela qual os de baixo exigiram respeito e reconhecimento num momento supostamente democrático.³¹

Lícia do Prado Valadares, por sua vez, em *Os quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro*, caracteriza essas manifestações de massa como formas peculiares de intervenção social e política de setores das classes populares.³²

Em meados da década de 1950, as lutas de bairro começaram a articular-se e foi se delineando um programa de reforma urbana. Em 1954, foi criada a FESAB (Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo), por iniciativa de quatro associações de moradores: de Vila Célia, Jardim das Laranjeiras, Vila Mazzei e Vila Boralia, em Osasco. Naquele mesmo ano, organizou-se um Congresso Geral das SABs.³³ A aglutinação de lutas fragmentadas elevou o patamar político dos movimentos, produzindo, pelo menos, três resultados significativos: a aproximação – não sem conflitos – entre SABs e sindicatos, através do PUI; a formulação de novas metas políticas – programas de reforma urbana e, em alguns casos, a conquista da autonomia política, pela transformação do bairro ou distrito em município e, finalmente, a formação de novas instituições democráticas, as câmaras e assembleias distritais. Portanto, a passagem da fase de lutas específicas e fragmentadas por melhorias urbanas a uma luta articulada e mais geral aproximou as associações de bairro do movimento sindical, estimulou a elaboração de um programa de reformas urbanas e propiciou a formação de novas organizações populares.

³⁰ MOISÉS, José Álvaro. “Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947”. In: Idem. (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 53-62.

³¹ DUARTE, Adriano Luiz. “Paulicéia em chamas”. *Nossa História*.

³² VALLADARES, L. P. “Os quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro”. In: MOISÉS, J. A. (org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 77.

³³ MOISÉS, J. A., *Classes populares e protesto urbano*. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1978, p 219.

Em julho de 1957, foi realizada uma convenção das SABs de São Paulo, patrocinada pela FESAB. As entidades presentes avançaram nas exigências de democratização do poder público, reclamando o direito de participação no plano diretor da cidade e na administração da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), além da formação de uma “cooperativa de consumo metropolitano em São Paulo”.³⁴

No mesmo mês, entre os dias 15 e 24, realizou-se o I Congresso das SABs dos bairros da Lapa e Adjacências.³⁵ Em setembro, ainda em 1957, de 22 a 29, realizou-se a Convenção das Sociedades Amigos de Bairro e Congêneres da Zona Leste, reunindo cerca de 40 entidades. Foram aprovadas algumas teses sobre temas como “Abastecimento e barateamento do custo de vida”, propondo a criação de cooperativas mistas, de produção e crédito; “Assistência social”, defendendo a necessidade de criação de hospitais populares, postos de saúde, parques infantis e “lares-escolas”; “Serviço de recreação popular”, pleiteando a construção de praças de esportes, teatros populares e a realização de concertos públicos. Além das teses, uma extensa pauta com 23 pontos foi elaborada, abrangendo reivindicações que iam das mais comuns, como “iluminação pública e domiciliar”, até as menos lembradas, como “criação de escola do Senai” e a construção de um cemitério.³⁶

Os jornais populares também promoveram seus próprios congressos de SABs. Nos dias 12, 14 e 16 de abril de 1955 realizou-se o I Congresso das Sociedades Amigos de Bairro da Capital, patrocinado pelo jornal *Folha do Povo*. O Teatro Municipal acolheu os cerca de 150 delegados para reuniões plenárias e outros locais foram utilizados para a discussão das mais de vinte teses encaminhadas.³⁷ Em 1962 foi a vez do *Última Hora* organizar seu *I Congresso dos Bairros*. A reunião plenária inicial ocorreu no dia 14 de abril, com representantes de cerca de 300 associações.

Cabe lembrar, ainda, a emergência do movimento autonomista nos anos 1950, motivado pela vontade de aproximar o poder municipal do povo, permitindo formas mais efetivas do exercício da cidadania. A experiência mais bem sucedida foi a de Osasco, que,

³⁴ FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo; trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

³⁵ Dossiê DOPS 50-J-138-143.

³⁶ “A população suburbana elabora o seu programa de reivindicações. *Notícias de Hoje*, out. 1957.

³⁷ “No Teatro Municipal às 20 horas: reunidos hoje em Congresso os Amigos de Bairro da Capital”, *Última Hora* Nº933, 12 abril 1955, 1º Caderno, p. 5.

após a realização de dois plebiscitos, conquistou sua autonomia. Em Pirituba, no plebiscito realizado após o golpe civil-militar de 1964, a maioria disse “não” à autonomia, mas o processo de mobilização, anterior ao golpe, havia produzido resultados importantes, como a formação da Câmara Distrital, com 33 representantes, um de cada uma das principais associações de bairro de Pirituba. Iniciativa semelhante deu-se no bairro de Vila Maria, por volta de agosto de 1963. Em comício realizado no dia 28 daquele mês teria sido levantada “a idéia de formar-se o Governo Livre da Vila Maria, através da constituição da Câmara do Bairro, integrada por elementos considerados na Vila”.³⁸

2.1. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO/SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO, FESAB (FEDERAÇÃO DA SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO), COMITÊS FEMININOS.

A principal organização de bairro era a SAB. A quantidade de seus sócios variava de 100 a 300 e a composição social era heterogênea: operários fabris, trabalhadores assalariados, donas-de-casa, comerciantes, empresários e profissionais liberais. Outra forma de organização importante eram os Comitês Femininos, animados pelo PCB. Promoveram lutas contra a elevação do custo de vida, pela ampliação da rede de escolas, de postos de puericultura, jardins de infância e parques infantis, pela melhoria da assistência à maternidade e à infância e pela melhoria da assistência pré-natal.³⁹

Os sindicatos mantiveram-se relativamente ausentes da luta por melhores condições de moradia. Embora seja notado o apoio de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos à campanha autonomista de Osasco, em 1958, a atuação do sindicato face à questão urbana parece ter se restringido a pressões sobre o IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), para a elaboração de um plano habitacional para os trabalhadores. A convergência entre sindicatos e SABs ocorreria na luta contra a carestia e em greves gerais, como a de outubro de 1957. Enquanto muitos de seus associados levavam pedra e viravam massa “feito penitentes” em longínquas periferias nas horas reservadas pela Lei e por Deus ao descanso, os sindicatos pareciam apenas considerar

³⁸ “Vila Maria quer ser município e mandar prefeitura às favas”, Última Hora, Nº3.508, 28 ago. 1963, 1ª edição, p. 7.

³⁹ “Programa de reivindicações das mulheres”, *Notícia de Hoje*, 24 mar. 1957.

como sua responsabilidade enfrentar o problema habitacional “oficialmente”, ou seja, demandando aos órgãos públicos o cumprimento de suas atribuições legais.

2.2. VALORES: DENÚNCIA DO ABANDONO DOS BAIRROS, “HIGIENISMO INVERTIDO”, DIREITO À CIDADE.

As reivindicações urbanas e, notadamente, movimentos mais amplos, como o autonomista, fundamentavam-se em alguns valores, como a defesa da igualdade de tratamento, por parte da Prefeitura, entre os bairros periféricos e centrais. Recorrente era a denúncia de que os bairros populares estavam “abandonados”, “esquecidos”, por uma Prefeitura “madrasta”, que recolhia impostos de todos e beneficiava apenas alguns. Também eram denunciados candidatos e autoridades que apareciam apenas em épocas de eleições. Tratava-se, portanto, da exigência de uma verdadeira cidadania: tratamento igual para todos pelo poder público.

Encontramos também, com freqüência, um discurso que se apropria do tema da higiene, componente ideológico fundamental do movimento sanitário do começo do século, lançando-o contra o poder e a opinião pública, que o haviam formulado em décadas anteriores. No jornal *Última Hora*, assim como nos textos dos abaixo-assinados encaminhados à Câmara dos Vereadores e nos discursos dos parlamentares, os bairros da periferia são descritos carregando-se nas tintas da falta de higiene. Delineia-se um cenário de esgotos ao céu aberto, crianças brincando perigosamente em depósitos de lixo, moscas invadindo as residências. Um tratamento digno aos bairros periféricos transformava-se, assim, em questão de saúde pública e de sobrevivência da família.

3. ESCASSEZ E INFLAÇÃO/LUTA PELO DIREITO AO CONSUMO, CONTRA A FOME.

A freqüência com que os discursos de dirigentes sindicais, vereadores, donas-de-casa e operários, nos anos 1950, faziam referência a situações de fome, leva-nos a crer que a sonegação e a escassez de alimentos, no começo da década e a inflação, a partir de 1958, tornaram a manutenção de um padrão mínimo de consumo um desafio para a família trabalhadora. Em um artigo publicado em *O Metalúrgico* de janeiro de 1952, o Secretário Geral do Sindicato, José Maia Ribeiro, de posição política moderada, afirmava:

[...] A fome, a nudez, a tuberculose e a miséria rondam os lares das modestas famílias dos trabalhadores paulistas mais humildes, a mortalidade das crianças mal nutridas é verdadeiramente espantosa, nos sanatórios não mais existem vagas para dar a procurada acolhida a todos quantos tiverem a infelicidade de serem atacados pela Peste Branca. E quem será o responsável por toda esta desgraça?⁴⁰

O Presidente do Sindicato dos Têxteis, Nelson Rusticci, por sua vez, declarava na mesa-redonda realizada a 13 de setembro de 1955, com a presença de dirigentes sindicais e autoridades, para discutir o problema da carestia: “O povo está passando fome. Raro é o filho de operário que recebe carne, leite, ovos, em quantidades parcas ao menos. Há milhares de trabalhadores a comer apenas feijão, todos os dias”.⁴¹

As situações de escassez de gêneros de primeira necessidade se transformaram em tema de discursos e geraram uma certa atmosfera de “motim da fome”, que se pode notar em várias lutas do período, especialmente nas greves gerais, nos quebra-quebras e nas “marchas contra a fome”.

A forma mais popular de combate à carestia consistia na exigência do controle de preços. Mas não de todos: apenas dos gêneros de primeira necessidade. Esta pressão pelo tabelamento foi exercida de diversas formas: envio de memoriais às autoridades; envio de telegramas de protesto pela alta do custo de vida; elaboração de tabelas de preços de gêneros de primeira necessidade, aprovadas em assembleias e enviadas às autoridades. Os sindicatos e a Federação das Mulheres de São Paulo reivindicaram, também, um maior controle popular sobre a COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), principal órgão de coordenação e fiscalização do abastecimento do mercado de consumo popular. Mais exatamente, os sindicatos exigiam a nomeação de representantes seus para a direção e o Conselho do órgão - que tinha a incumbência de emitir pareceres sobre pedidos de reajuste dos preços de determinados produtos - bem como a nomeação de sindicalistas para atuarem como fiscais. Das três demandas, apenas a última foi atendida, na gestão do Ministro do Trabalho de Juscelino Kubitschek, Parsifal Barroso.

Tal como ocorreu com as campanhas de cada categoria profissional, que se unificaram nas greves gerais e com as lutas de cada bairro, que se aproximaram nas convenções das SABs, o movimento contra a carestia articulou-se e gerou ações unificadas.

⁴⁰ RIBEIRO, J.M. “Crime sem castigo?” Nº 104, jan. 1952, p. 7.

⁴¹ A “Mesa redonda promovida por diversos sindicatos”, *O Metalúrgico* Nº 146, set. 199, p. 3.

Desde 1953, por exemplo, há registros da realização de convenções populares contra a carestia, em diferentes municípios do Brasil, com denominações variadas: a *Convenção Estadual Pró-Salário Mínimo e Congelamento de Preços* em maio de 1954, em Porto Alegre; a *Mesa Redonda Contra a Carestia de Vida*, em abril de 1953, em Sorocaba, e várias em São Paulo. Neste município foi realizada, a 18 de setembro de 1953, uma *Convenção Popular* no Teatro Colombo, no Largo da Concórdia, às 20 horas. Apenas do Sindicato dos Metalúrgicos foram eleitos, em assembléia geral, 19 delegados, que levaram consigo uma tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade.⁴² A Convenção discutiu o problema do aumento das passagens de bonde e ônibus, do racionamento da energia elétrica e do aumento do custo de vida.

Em fevereiro de 1957, o PUI organizou a *Convenção Popular de Combate à Carestia*, realizada no Teatro Colombo, a partir das 8 horas de domingo. Segundo o jornal *Notícias de Hoje*, se fez presente “um número impressionante de diretores de Conselhos Distritais, entidades femininas, sociedades amigos de bairros e sindicatos”, além de deputados, vereadores, técnicos e até mesmo o Prefeito Vladimir de Toledo Piza.

Os sindicatos se prepararam para a *Convenção* com uma *Assembléia Sindical Pública*, realizada no dia 17 de janeiro de 1957, no Teatro Colombo. Segundo *O Metalúrgico*, os sindicatos presentes, “após ouvirem a discussão dos delegados sindicais de empresa, bem como os trabalhadores em assembléia geral pública”, resolveram adotar um programa para a ação comum com cinco pontos básicos, desdobrados em doze itens. A plataforma estabelecia as metas de conquistar ampla liberdade e autonomia sindical; lutar contra a carestia e por aumento de salários; defender uma previdência social que atendesse às suas “verdadeiras finalidades”; obter o respeito às liberdades democráticas e à Constituição e aperfeiçoar e fazer cumprir a legislação trabalhista.⁴³

Outra grande convenção contra a carestia realizou-se nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 1959, no Cine Paramount. Denominada 1ª Convenção Estadual Contra a Carestia, reuniu cerca de 500 delegados. Uma de suas deliberações foi realizar a Passeata da Fome, ainda em agosto e uma greve geral contra a carestia, no dia 2 de dezembro.

⁴² Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 13 set. 1953, p. 111.

⁴³ “Dia 27 de janeiro no Teatro Colombo; provaram os trabalhadores a nossa força sindical”, *O Metalúrgico* Nº 161, fev. 1957, p. 1.

Em janeiro de 1955 foi realizada uma mesa redonda, convocada pelo Sindicato dos Têxteis, com o objetivo de mobilizar e organizar esforços para a luta pelo congelamento de preços. O movimento ganhou o nome de *Campanha de Estabilização de Preços* e foi formada uma *Comissão de Orientação*, presidida por Rui Barbosa, balconista das *Casas Pernambucanas* e Presidente do Sindicato dos Comerciantes, tendo como vice Gabriel Grecco, Presidente do Sindicato dos Gráficos e do PUI. Foram, ainda, formadas duas sub-comissões: uma de “arregimentação de finanças” e outra de “propaganda”, com a participação de sindicalistas, deputados e associações populares, inclusive uma Associação Espírita de Guarulhos.⁴⁴ Realizaram-se comícios, elaborou-se um Programa Mínimo de Defesa dos Consumidores e fez-se uma coleta de assinaturas em defesa desse programa, visando atingir um milhão de subscrições que, afinal, chegou a um resultado bem mais modesto: 45 mil adesões.⁴⁵ A elaboração do Programa Mínimo contou com a contribuição do engenheiro agrônomo e “técnico em produção e abastecimento”, Antônio Queirós do Amaral, que começou a participar dos comícios onde eram debatidas soluções para os problemas do abastecimento.

Detendo-nos com cuidado na leitura dos principais pontos do Programa Mínimo de Defesa dos Consumidores, podemos verificar que o movimento contra a carestia ia muito além da mera defesa do congelamento de preços, medida contrária à racionalidade econômica, poderiam alegar alguns. Previa-se o estabelecimento de entrepostos e mercados municipais como “órgãos pilotos do abastecimento”, recebendo e distribuindo somente produtos essenciais, mediante contrato entre o poder público e os comerciantes. O poder público disciplinaria os preços a partir dos custos do produtor, fixando uma margem contratual máxima que o comércio poderia acrescentar para estabelecer os preços de venda no varejo. Também se previa que os preços assim tabelados seriam “fixados às portas dos mercados e organizações varejistas contratantes com o poder público, de forma a oferecer ampla orientação aos consumidores”. O congelamento se manteria “pelo espaço de tempo em que se mantiverem as circunstâncias que determinaram o preço básico para o produtor”. Simultaneamente, propunha o Programa, “todos os esforços devem ser feitos para auxiliar e corrigir os desequilíbrios da produção, melhorando seu rendimento, garantindo a justa

⁴⁴ Dossiê DOPS 30-B-264, p. 86.

⁴⁵ “Os sindicatos pedem medidas contra a carestia – O documento contém 45 mil assinaturas e foi entregue no Catete”, *O Metalúrgico* Nº 164, jul. 1957, p. 8.

remuneração do produtor e possibilitando reduções gradativas nos preços do tabelamento”. Finalmente, imaginava-se que sistema semelhante poderia ser estendido a todos os setores do comércio e distribuição de bens de consumo, modificando-se a “estrutura e concepção da função do comércio”, eliminando-se a especulação e a “exploração sistemática da economia popular, tanto de produtores como de consumidores”. A COFAP deveria, então, ser reorganizada para garantir a implantação do novo sistema.⁴⁶

Um das formas mais contundentes de denúncia e protesto contra a fome foi a realização de passeatas. Entre 1952 e 1953, as *Passeatas da Panela Vazia* já haviam levado, segundo Moisés, cerca de 500 mil pessoas às ruas, no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁴⁷ O *Movimento da Panela Vazia* era liderado pelo PCB, e em 1954 transformou-se em movimento eleitoral. No final dos anos 1950, a idéia das passeatas foi retomada com as *Marchas da Fome*. A primeira delas foi realizada, com sucesso, em São Paulo, no dia 28 de novembro de 1958, sob a direção de um amplo leque de entidades: PUI, UEE (União Estadual dos Estudantes), UPES (União Paulista de Estudantes Secundários), FESAB, Casa do Nacionalista, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, Associação Cívica de Defesa das Liberdades Públicas. Também participaram representantes dos municípios do ABC, de Jundiaí, Sorocaba, Santos e de cidades do Vale do Paraíba. A marcha reuniu participantes aos milhares e fez um longo percurso, do Sindicato dos Gráficos, na rua da Figueira, à Câmara Municipal, no Palacete Prates, rua Libero Badaró, onde os manifestantes foram recebidos por uma comissão de dez vereadores, que recebeu ofício contendo as resoluções de uma assembléia intersindical realizada no dia 9 de novembro. De lá a marcha rumou para a Assembléia Legislativa, no Parque D. Pedro, onde foi recebida por uma comissão de deputados.⁴⁸

Foi, então, projetada outra *Marcha da Fome*, desta vez para o Rio de Janeiro, ainda Capital Federal, para 19 de março de 1959. O evento reuniria 300 líderes sindicais, 300 representantes de associações de bairro, 50 representantes estudantis e 50 da Federação das Mulheres.⁴⁹ Em São Paulo, a marcha foi preparada com uma série de comícios nos bairros, promovidos pela FESAB e recebeu o apoio da Câmara dos Vereadores, que nomeou

⁴⁶ “Coluna dos Trabalhadores”, *Última Hora* Nº 875, 1 fev. 1955, p. 5.

⁴⁷ MOISÈS, J. A. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-54)*. S. Paulo: Polis, 1978, p. 142.

⁴⁸ *Última Hora* Nº 2.037, 29 nov. 1958.

⁴⁹ Dossiê DOPS 50-B-280, p. 17.

uma comissão com três parlamentares para acompanhar a caravana ao Rio de Janeiro, em solidariedade “com a iniciativa das sociedades amigos de bairro, dos sindicatos profissionais de trabalhadores e entidades estudantis”.⁵⁰ Entretanto, a marcha teve um desfecho surpreendente e melancólico. Juscelino Kubitschek convocou Samuel Wainer, diretor-proprietário do jornal *Última Hora* e solicitou que viajasse para São Paulo para tentar dissuadir os sindicalistas. Na sede paulista do jornal, na reunião com dirigentes de sindicatos, entre eles Salvador Romano Losacco e Dante Pelacani, Wainer ameaçou: “Expliquei-lhes que o presidente estava preocupado com os riscos embutidos na manifestação, eles retrucaram que se tratava de uma decisão irrevogável. Eu adverti que poderiam estar estimulando uma crise que talvez resultasse na queda de Juscelino”.⁵¹ Após algumas discussões e ameaças, os sindicalistas saíram decididos a suspender a marcha.

Outra importante manifestação foi a greve geral contra a carestia, de 2 de dezembro de 1959, que levantou as seguintes bandeiras: intervenção nos frigoríficos a fim de garantir o abastecimento de carne a preços tabelados; abastecimento de feijão, arroz e óleo a preços de tabela; contra qualquer reajuste nas tarifas de ônibus, bondes ou trens; isenção do Imposto de Vendas e Consignações para artigos de primeira necessidade e crédito para a indústria, o comércio e a agricultura nacionais.⁵² A greve foi classificada ilegal pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, mas mesmo assim realizou-se, com sucesso parcial. Esta parece ter sido a única greve, no período, a reunir sindicatos, associações de moradores e partidos políticos por reivindicações concernentes ao consumo popular.

3.1. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO/PUI, SINDICATOS, DIEESE, SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO

A luta contra a fome foi organizada, como vimos, por sindicatos de trabalhadores, sociedades amigos de bairro, associações femininas, PUI, FESAB. Algumas atividades e campanhas também contaram com a participação de entidades patronais, como a FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo), Bolsa de Cereais de São Paulo e Santos, Associação Comercial de São Paulo. Tratou-se, portanto, de uma luta de “frente

⁵⁰ Processo 1.138 de 1959. Proponente: vereador Mário Câmara e outros. Requerimento 419 de 11 mar. 1959.

⁵¹ WAINER, S. *Minha razão de viver*. São Paulo: Planeta, 2005, p. 282.

⁵² “Greve Geral do dia dois será decretada amanhã à noite: apoio total dos estudantes”. *Última Hora* Nº 2.374, 30 Nov. 1959, 1º Caderno, p. 4.

ampla”. No seu transcurso, foram criadas organizações como as convenções contra a carestia e movimentos como o da *Panela Vazia* e a *Campanha de Estabilização de Preços*. Um órgão criado pelos sindicatos nasceu da necessidade de confrontar as metodologias adotadas e os resultados alcançados pela Prefeitura para o cálculo dos índices do custo de vida: o DIEESE. Fundado por vinte e duas entidades sindicais, reunidas no Sindicato dos Bancários no dia 22 de dezembro de 1955, foi reconhecido como “a sigla da nova arma operária nas lutas econômicas”, necessária pois, segundo os sindicatos, “os postos-chaves do aparelhamento estatístico oficial eram ocupados por elementos diretamente ligados ao patronato”.⁵³ Cabe notar que, para a construção do DIEESE, assim como para a elaboração dos “planos gerais” de habitação para a cidade, e de planos de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, trabalhadores teceram alianças com setores da nova classe média – economistas da USP, arquitetos, engenheiros agrônomos – forjando possibilidades de formação de uma nova hegemonia.

3.2. VALORES/“ECONOMIA MORAL DA PLEBE”, “PREÇOS JUSTOS”, DEFESA DO CONSUMO FAMÍLIA.

Não faltava, na busca dos movimentos populares e movimento sindical por legitimidade para sua “economia moral”, o recurso a supostas tradições centenárias, bem ao estilo dos “motins da fome”, estudados pela historiografia clássica sobre o tema. Um artigo de *O Metalúrgico* de fevereiro-março de 1954 sugere:

Vale a pena recordar a legislação municipal antiga, na qual se determinava que nas épocas de fome e carestia os produtores vendessem nos mercados, antes de irem aos comerciantes, os artigos de alimentação, proibida qualquer forma de fixação de preços pela municipalidade. Ninguém poderia deixar de vender.⁵⁴

Além da tradição, outros argumentos eram evocados, em defesa da legitimidade do congelamento de preços, contra a livre operação das leis do mercado. O metalúrgico Osmar Gomes Vieira, por exemplo, lembrou na assembléia de 27 de novembro de 1955 que “a luta

⁵³ “Com estatísticas os trabalhadores marcham para a luta salarial”, *O Metalúrgico* Nº 193, jul/ago. 1960, p. 1.

⁵⁴ “Intervenção e demagogia”, *O Metalúrgico* Nº 129, fev./mar. 1954, p. 12.

do congelamento é política, porque a Carta Magna diz que o governo é obrigado a zelar pelo bem estar do povo”.⁵⁵

Temos, portanto, nos anos 1950, um complexo de idéias das classes populares que defendia, na contra-mão da economia de mercado, parâmetros de uma “economia moral” popular. Os valores básicos deste complexo se referiam à prioridade do abastecimento das famílias e à imoralidade dos “lucros escorchantes”, da sonegação de gêneros, do enriquecimento a todo custo.

4. REPRESSÃO POLÍTICA/LUTA PELA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.

Na esfera política, diversas iniciativas partiram dos sindicatos, sociedades amigos de bairro, intersindicais, visando a constituição de uma representação mais próxima às demandas, necessidades e ao controle dos trabalhadores. Em janeiro de 1954, ao mesmo tempo em que a organização intersindical impulsionada pela greve geral de 1953 dava seus primeiros passos, lideranças operárias e populares reuniram-se no Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro com o objetivo de garantir que candidatos saídos do meio sindical fossem eleitos no pleito de outubro e defendessem propostas de interesse dos trabalhadores: reajuste do salário mínimo, direito de greve, participação nos lucros das empresas, contra a assiduidade integral, em defesa da nacionalização das companhias de energia elétrica e do petróleo.

No dia 11 de abril de 1954, dando continuidade à iniciativa de janeiro, reuniu-se no Salão das Classes Laboriosas, em São Paulo, uma convenção de dirigentes sindicais e de associações de moradores, com o objetivo de escolher candidatos a deputado estadual e federal. Cada sindicato apresentava um ou mais nomes a serem referendados pelo plenário. Estava formado o *Movimento Eleitoral dos Trabalhadores*. Foi elaborado um programa de reformas socializantes, com 23 pontos, mas os sindicalistas não cogitaram em formar um partido de trabalhadores e resolveram lançar-se por legendas diversas: PSP, UDN, PSB, PTB. Se pudermos adotar aqui a classificação de Gramsci dos momentos de consciência política coletiva manifestados pelos grupos e classes sociais, veremos que a classe trabalhadora de São Paulo manifestava, então, a passagem de uma “consciência da solidariedade de

⁵⁵ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 27 nov. 1955, p. 40-verso.

interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” para uma “consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos sociais”.⁵⁶ Nesta última fase, “mais estritamente política”, da formação da consciência de classe, as idéias e projetos “devem se transformar em ‘partido’”, a fim de que uma nova hegemonia possa ser criada. Entretanto, não foi o que ocorreu. A nosso juízo, duas causas podem ser apontadas para tal resultado: a repressão bloqueou a experiência política independente dos trabalhadores e o “sistema populista” os incorporou parcialmente como força política ascendente. Vejamos.

Os vetos e tentativas de vetos a candidaturas operárias, comunistas ou não, foram muitos. Podiam partir do sistema policial (DOPS) ou do judiciário (Tribunal Regional Eleitoral-TRE), como também do próprio sistema partidário: em 1954, por exemplo, elementos do PTB tentaram impugnar os candidatos do *Movimento da Panela Vazia*, acusando-os de “comunistas”, o que gerou uma “guerra de recursos” no TRE. Outros candidatos operários e populares foram vetados em outubro de 1958; outubro de 1959 (para vereador, em São Paulo); outubro de 1963, para vereador, em Santos; outubro de 1962, para deputado federal e estadual em São Paulo. Neste último pleito, 15 candidaturas do PTB e PSB foram proibidas pela Justiça. Muitos obtiveram liminares, concorreram e sete foram eleitos, mas não tomaram posse. Em todo o Brasil, diversos sargentos das Forças Armadas e das Forças Públicas estaduais também foram impedidos de tomar posse, pois a Constituição de 1946 impedia suas candidaturas.

Os vetos de 1962 encontraram muita resistência. Em dezembro formou-se em São Paulo uma Comissão Permanente em Defesa dos Candidatos Eleitos, que resolveu impetrar mandado de segurança junto ao STF e, no dia 19 de janeiro, promover a posse simbólica dos eleitos. Faziam parte da comissão representantes dos sindicatos de São Paulo, Santos, UEE, sargentos, PTB, PSB, sociedades amigos de bairros, intelectuais, Câmara Municipal e Assembléia Legislativa.⁵⁷ O bloqueio das candidaturas operárias e populares acabou desgastando o sistema político e as instituições: em setembro de 1963, quando o STF votou

⁵⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 41.

⁵⁷ “Mandado de Segurança para garantir posse de deputados do PTB e do PSB”, *Última Hora*, Nº 3.290, 13 dez. 1962, 1ª ed., p. 2.

contra a elegibilidade dos sargentos, foi deflagrada a Revolta dos Sargentos de Brasília, que atingiu a Marinha e a Aeronáutica, sendo debelada no mesmo dia.

Além dos vetos pontuais a candidaturas, a proscrição do Partido Comunista e a proibição do voto do analfabeto contribuíram para desgastar a legitimidade da ordem hegemônica. Essa deslegitimação pode ser avaliada pelo comentário apresentado em reportagem do jornal *Última Hora*, em agosto de 1963, sobre o veto a candidatos operários em Santos:

Disseminada entre o operariado há uma idéia que reputamos errônea: a de que não adianta eleger dirigentes sindicais para o Parlamento. Essa idéia é muito difundida e há aqueles que inclusive procuram misturá-la com a afirmação de que os órgãos de classe não devem fazer política partidária.⁵⁸

Esta atmosfera de descrédito pode explicar, também, o crescimento do percentual de abstenções e votos brancos e nulos. Nas eleições para governador, em todo o Brasil, a soma de votos brancos e nulos e abstenções subiu de 19,4% em 1958 para 27,7% em 1962. Para a Câmara Federal, a mesma soma subiu de 17,1% para 38,1%.⁵⁹

4.1. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO/ MOVIMENTO ELEITORAL DOS TRABALHADORES, FRENTE DOS TRABALHADORES BRASILEIROS, CANDIDATOS DA “PANELA VAZIA”.

Movimento Eleitoral dos Trabalhadores é a denominação da “frente operária” suprapartidária que, em janeiro de 1954, lançou um manifesto plantando uma idéia que só daria frutos maduros muitos anos depois: “Trabalhador não vota em tubarão. Trabalhador vota em trabalhador”.⁶⁰ Já em abril, na convenção anteriormente mencionada, a denominação mudara para *Frente dos Trabalhadores Brasileiros*. O presidente do Sindicato dos Têxteis, Nelson Rusticci, que fora candidato a vice-prefeito em 1953, assinalava a novidade política representada pela convenção de 11 de abril: “É a primeira vez que trabalhadores, em convenção, indicam colegas de trabalho para disputar eleições como

⁵⁸ “Candidatos vetados”, *Última Hora*, Nº 3.497, 15 ago. 1963, 1ª ed., p. 10.

⁵⁹ SANTOS, W. G. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987, p. 43-44.

⁶⁰ BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense; Cedec, 1989, p. 131.

candidatos a deputados federais e estaduais”, o que representaria uma “prova do amadurecimento da consciência dos trabalhadores”. Acrescentou, confirmando um sentimento que parece percorrer persistentemente o período: “A maior parte da população são pessoas que vivem do trabalho, no entanto a maior parte dos deputados são pessoas reacionárias”.⁶¹ Outra particularidade do movimento era que as candidaturas lançadas pelas diversas legendas defendiam o programa deliberado na convenção e não o programa do partido. Faltam-nos informações sobre os desdobramentos das ações da *Frente dos Trabalhadores Brasileiros* depois da convenção de abril.

Em agosto de 1954 surgiria, com o apoio do PCB, a Coligação Eleitoral para o Progresso de São Paulo, lançando os candidatos apoiados pelo Movimento da Panela Vazia ao governo do estado e a vagas na Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O significado de afirmação de uma identidade política de classe, já observado na convenção de abril, aparece novamente na campanha dos candidatos da Panela Vazia. José de Araújo Plácido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e concorrente ao cargo de deputado, era apresentado como “o metalúrgico que desafiou o doutor” e suas credenciais para a vida política eram sua própria trajetória como operário: “Trabalhou na Nitro Química, na Celosul, no Moinho Santista da Quarta Parada e na Metalúrgica Matarazzo”.⁶² O jornalista José da Rocha Mendes, pleiteando cadeira de deputado estadual, era apresentado como “outro grande dirigente da greve de março-abril do ano passado” – em referência à Greve dos 300 Mil. Rosária Amado, por sua vez, teria se revelado “na grande greve de março-abril do ano passado uma defensora intransigente dos anseios de suas companheiras tecelãs”.⁶³

Com a morte de Vargas, em agosto de 1954, o PCB abandonou a oposição ao trabalhismo, procurando, então, atuar em aliança com o PTB. De certa forma, a busca de uma representação política independente dos trabalhadores transferiu-se para dentro do PTB, encontrando representação na aliança entre trabalhistas e comunistas. Nas eleições de 1958, formou-se no PTB um núcleo ideológico conhecido como *Grupo Compacto*, que buscou articular-se com o PSB e o PCB, defendendo as “reformas de base”, entrando em

⁶¹ “Apelo de Nelson Rusticci: que todos votem nas próximas eleições”, *Notícias de Hoje*, Nº 674, 16 abr. 1954, p. 2.

⁶² “Candidatos em desfile: o metalúrgico que desafiou o doutor”, *Notícias de Hoje*, Nº 789, 26 ago. 1954, p. 8.

⁶³ *Notícias de Hoje – Suplemento* – jan 1953.

atrito até mesmo com João Goulart.⁶⁴ Nas eleições de 1962, formou-se a Aliança Trabalhista-Socialista, articulação que, segundo Paul Singer, visava a formação de um novo partido de esquerda, não tendo, porém, prosperado.⁶⁵ Outras experiências de frentes políticas baseadas no movimento operário, semelhantes à *Frente Trabalhista Brasileira*, foram ensaiadas: o MNPT (Movimento Nacional Popular Trabalhista), em 1955, e o Pacto de Unidade e Ação Eleitoral, lançado pelo jornal *Última Hora*, em 1962, ambos, aparentemente, iniciativas mais artificiais e “cupulistas” do que a experiência de 1954.

5. VALORES/IGUALDADE DE DIREITOS POLÍTICOS, NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES, DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO.

Como vimos, era forte no começo dos anos 1950 a percepção de que os trabalhadores não estavam adequadamente representados no sistema político, fazendo-se necessário criar mecanismos mais diretos de participação, como foi a convenção eleitoral de 1954. Junto com isto, o movimento autonomista, que estava em pleno auge no começo da década de 1960, apresentava a emancipação de bairros ou distritos como a melhor solução para a aproximação entre o cidadão e o poder público. Trata-se, portanto, de movimentos visando o aprofundamento da democracia política através de um maior controle operário e popular sobre o poder – pelo menos em nível municipal.

CONCLUSÕES

Vimos que emergiram, do solo das contradições econômicas e sociais e da demanda por representação política, um conjunto de embates, organizações e valores que podem ser classificados em quatro eixos: luta contra a exploração econômica; contra a espoliação urbana; contra a fome e pela ampliação dos direitos políticos. Nesses enfrentamentos, começou a formar-se um novo sujeito coletivo. A classe operária, no começo dos anos 1950 ainda submetida ao controle da burocracia “ministerialista” nos principais sindicatos, livrou-se dessas direções e, na Greve dos 300 Mil, teceu alianças com setores populares nos bairros e com frações da nova classe média. Mas a articulação orgânica dos quatro eixos de luta

⁶⁴ BENEVIDES, M. V. M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 130.

⁶⁵ Depoimento ao autor, concedida por telefone no dia 15 de maio de 2006.

pressupunha a formação de um novo horizonte político e de uma nova direção para as transformações sociais – algo que se aproxima do que Antônio Gramsci chamou de novo “bloco histórico”. O golpe civil-militar de 1964, mais do que reação às estratégias de confronto de setores da esquerda e mais do que prevenção a um possível processo “tipo revolução cubana”, foi um golpe de classe contra todas as conquistas materiais e simbólicas que os trabalhadores vinham obtendo desde o pós-guerra e contra a possibilidade de articulação desses quatro eixos de luta.

O populismo funcionou como um sistema de alianças “verticais” - entre frações da burguesia nacional e classe trabalhadora – e “horizontais” – entre classe operária, classes populares e frações da classe média. Sua força e sua fragilidade decorre daí. Da capacidade de, ao mesmo tempo incorporar a classe trabalhadora à política e neutralizar suas possibilidades de projeção como dirigente de um novo “bloco histórico”. Aliás, no significado atribuído por Raymond Williams ao conceito de “incorporação”, já está contida a idéia de uma “neutralização”: trata-se de um processo pelo qual uma força ou coalizão hegemônica pode renovar sua condição dirigente operando concessões visando a incorporação e neutralização de uma força emergente, potencialmente contra-hegemônica. Williams ressalta que o processo de “incorporação” é um movimento “constantemente repetido e sempre renovável”, tornando-se às vezes mais difícil pelo próprio fato de que a “incorporação” “parece um reconhecimento, uma admissão, e, assim, uma forma de aceitação”.⁶⁶ O autor nota que nesse processo há constante confusão entre os aspectos “residuais” – que significam elementos opostos e alternativos às forças hegemônicas – e os aspectos emergentes, que podem ser incorporados pela cultura dominante. Talvez pareça muito generalizante, mas se há algo em comum entre o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, a “direitização” de Adhemar de Barros a partir de 1962, abandonando sua política de alianças com o PCB e o PTB, e a deposição de João Goulart, são as tensões e deslocamentos das alianças “horizontais” e “verticais” dentro do sistema populista. Os “custos” e “benefícios” obtidos pela “incorporação” da classe trabalhadora e das classes populares ao populismo deixavam de ser compensadores para a classe dominante na medida em que os trabalhadores iam aprendendo a manejar as alavancas do sistema para adotar medidas que afirmavam sua identidade e possibilidade de emancipação.

⁶⁶ WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 128.